Reunião Ordinária
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM/PR
12/11/2018

Aos doze dias do mês de Novembro do ano de 2018, às 13:30 horas em primeira convocação, na Sala de Gestão do 7° andar, da **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS**, localizado no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos s/n° Bairro Centro Cívico, em Curitiba – Paraná, foi dado início a mais uma **Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná – CEDM/PR**, estiveram presentes as Conselheiras integrantes, para a qual foram previamente convocadas. Esse evento foi aberto pela vice-presidente desse colegiado, a conselheira Carmem Regina Ribeiro, representante da Rede Feminista de Saúde, que de imediato solicitou a auto apresentação. **Presenças:** Lirani Maria Franco (APP-Sindicato), Deborah B. Godinho Castro (UBM/PR), Ana Paula Araújo Busato (suplente/CUT), Maria Elvira de Araújo (ASSEMPA), Maria Lúcia Gomes (suplente/ASSEMPA), Lívia Diniz Lopes Sola (FAMOPAR), Alzimara Cabreira Fraga Bacel (Federal de Mulheres do PR), Giselle Camargo (SEJU), Ana Z. Raggio (suplente/SEJU), Dra. Jaqueline Borges Ribeiro (Casa Civil), Márcia Rejane V. Marcondes (SESP) e Tânia Cristina de Castro Ribeiro (CIAF). **Totalizando 13 conselheiras. Convidadas/Colaboradoras:** Janaina de Oliveira Plasido (Assessora-MP/PR), Ana Carolina Pinto (Promotora de Justiça -MP/PR-CAOPDH), Alaerte Leandro Martins (suplente/ representante da Rede Mulheres Negras – PR – processo de nomeação em trâmite) e Bernadete M. Carraro (SESA/SAS/DEPS). **1 - Apreciação e Aprovação da Pauta**: Inclusão sobre a Lei 13.718 de 24/09/2018. Aprovada. **2- Aprovação da Ata da reunião de Outubro/2018: APROVADA. 3 - Informes da SEC/CEDM**: A Secretária Executiva Juliana Muller, apresentou a proposta da alteração da reunião de Dezembro para o dia 05/12, devido ao processo de organização das agendas dos demais conselhos. Aprovado. Reunião a ser realizada na Emater com almoço de confraternização. **Ofícios recebidos**: 19/10 - Ofício 119/2018 - COPED/SEJU - Consulta sobre o Plano Estadual de Direitos Humanos, encaminhado a CPM/SEDS dia 23/10 (Protocolo digital 15.439.769-8) para contribuições e posterior retorno ao colegiado. Foi sugerido que o ofício fosse encaminhado diretamente as conselheiras, com prazo de 03 dias para o retorno; 26/10 – Ofício 1168/2018 – SESP - Informa sobre o curso de violência sexual: Protocolo de Atendimento Pericial no Paraná, evento a ser realizado nos dias 06, 07 e 08/11; 07/11 – Ofício 71/2018 – Rede Mulheres Negras – PR - Solicita substituição da conselheira Cláudia Augusta dos Santos por Alaerte Leandro Martins que será suplente e a Ivanete Paulino Xavier, será a titular. Processo de nomeação em trâmite. **Justificativas Recebidas**: Maria do Pilar da Silva Carvalho e Priscila Pacheco dos Santos (SEEC), Jussara Fátima Ribeiro (SEAB), Viviane B. Bley (SEDS), Débora Mara Bilovus e Raquel Kovac de M. Carvalho (SESA), Patrícia Lessa dos Santos e Eliane Rose Maio (UEM). **4 - Planejamento das Reuniões Ampliadas para 2019:** A vice-presidente Carmen Regina Ribeiro, informou que a mesa diretora se reuniu no dia 06/11 na SEDS, para análise e discussão sobre a viabilidade da realização da Reunião Ampliada do CEDM ainda este ano, uma vez que além das prévias do processo eleitoral, ainda se enfrenta um final de gestão e mudanças internas no serviço público. Assim, após a decisão da mesa diretora e o prévio contato realizado com as demais conselheiras, foi proposto a realização de duas reuniões ampliadas e descentralizadas em 2019, sendo uma em cada semestre. Foi lembrado pela conselheira Maria Lucia Gomes (ASSEMPA), que o orçamento que embasaria tais eventos, precisaria estar assegurado. Sabe-se que os maiores gastos ocorrem com as viagens e coffee break, assim, futuras negociações deverão ser levadas a efeito com a próxima gestão. Assim, a mesma sugeriu a realização da reunião no mês de Maio ou Junho, permitindo assim que haja o tempo necessário para as negociações. Avaliou a conselheira Lirani Maria Franco (APP-Sindicato), que anteriormente

houve um grande esforço para esse objetivo e nada aconteceu, apesar de ser constituída uma Comissão. Se houver uma decisão política do Governo, é necessário manter a defesa para o início de maio, sem deixar avançar para junho. Assim, após algumas considerações e análises**, foi aprovado pela realização da 1ªreunião no mês de Maio no município de Londrina e 2ªreunião poderá ser sediada em Cascavel ou Guarapuava, a confirmar, no mês Novembro**. No foco da discussão, a Conselheira Tânia Cristina de Castro Ribeiro (CIAF), considerou ser oportuno convidar uma mulher de relevância, a exemplo de Maria da Penha, que traria conhecimento e experiências ímpares. **5 - Protocolo Estadual sobre o Feminicídio:** A conselheira Márcia R. V. Marcondes (SESP), relatou que a reunião foi remarcada para 19/11, onde haverá um fechamento por pastas e o Ministério Público/ Judiciário apresentarão a proposta do texto final. **6 - Curso Violência Sexual: Protocolo de Atendimento Pericial no Paraná**: A vice-presidente Carminha ressaltou, que o evento cumpriu o objetivo, onde muitas ações ainda terão que ser modificadas, mas abertura foi iniciada, com a participação de todas as conselheiras e suplentes governamentais da sociedade civil junto ao IML, com o Dr. Paulino e da conquista do atendimento e treinamento dos peritos no interior. Ressaltando também, que a Conselheira titular da Casa Civil Dra. Jaqueline, representou este conselho em todas as reuniões junto ao IML sem nenhuma ausência, o que resultou no sucesso. Assim, foram realizados três dias de capacitação para peritos do IML e médicos do interior dos Hospitais de referência. A parte técnica e de Políticas Públicas foi abordada com uma expressiva presença. Funcionou como uma conscientização geral: urgência nos atendimentos, cumprimento dos objetivos, mudança de posturas. Os peritos irão até o hospital proceder o atendimento. O CEDM/PR está de parabéns, pois a partir de um firme posicionamento, as coisas tomaram um outro rumo. Carminha referiu-se ao papel que os movimentos sociais tiveram nessa proposta pautada no ano de 2000. A conselheira Márcia Regina Marcondes (SESP), informou que as mulheres submetidas a violência sexual devem ser atendidas no hospital, com a expedição de uma ordem de serviço para os 22 Regionais de Saúde e os 18-IML, determinando a ida do perito ao Hospital de Referência. Manifestou a sua satisfação a enfermeira Bernadete M. Carraro, que nessa Reunião representava a SESA. Segundo ela, anteriormente os médicos eram capacitados para fazer a coleta e quando detinham o saber, eram realocados. Hoje são 4 Regionais que estão fazendo uma adaptação, onde não tem Hospital de Referência. Por fim, as conselheiras parabenizaram a representação da Carminha no referido evento. **7 - Síntese das metas realizadas e não realizadas do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres -2018/2021:** Carminha relatou que durante o ano de 2018, diversas Secretarias de Estado fizeram apresentações nesse colegiado, relatando suas ações, assim seria necessário a elaboração de uma síntese das metas realizadas e não realizadas no Plano Estadual, para a continuidade do acompanhamento. Assim, a SEC Juliana Muller informo, que enviará a proposta da ação à Coordenação da Política da Mulher – CPM/SEDS. A conselheira Maria Lúcia Gomes (ASSEMPA**),** sugeriu a elaboração de um relatório de gestão do CEDM, a exemplo dos relatórios de ações que são realizados na SESA. Sobre a implementação do Plano Estadual, o colegiado solicitou que este assunto fosse tratado diretamente com atual Secretaria de Estado da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, para futura inclusão nos itens de pauta com a equipe de transição do governo. Comissão para essa reunião: Maria Lúcia Gomes (ASSEMPA), Alaerte Leandro Martins (Rede Mulheres Negras), Márcia Regina Marcondes (SESP) e a Dra. Jaqueline Borges Ribeiro (Casa Civil). **8 – Inclusão de Pauta: Lei 13.718 de 24/09/2018 -** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo. A enfermeira Bernadete M. Carrarom ressaltou ser fundamental comentar sobre a **Lei 13.718** – 24/09/18 que

altera a Lei 2848 (na tela), onde existe a preocupação de um retrocesso ao invés de avanço, e não se sabe como isso se dará na prática. A conselheira Márcia Rejane V. Marcondes (SESP), informou que anteriormente a mulher poderia escolher se queria ou não processar o agressor. Agora não é mais possível, muda-se o procedimento na delegacia, com a obrigatoriedade da realização desse processo. Para a equipe da SESA (protocolo da unidade básica de saúde), o procedimento será o mesmo, com a realização da notificação. A Promotora de Justiça, Dra. Ana Carolina Franceski, do Centro de Apoio das Promotorias de Direitos Humanos, esclareceu que a notificação é de obrigação da Secretária de Saúde, se a vítima concorda ou não, uma vez que existe o desconforto de se expor. Hoje a Lei sofreu mudanças, apesar da exposição do processo criminal, existe a punição devida. Completando, a Delegada Dra. Márcia Rejane Marcondes (SESP) esclareceu, que pelo tempo, os vestígios da violência acabam sofrendo alterações. Quando passar das 72 horas vai se ter perdas em relação à busca ativa, mas isso poderá ser recuperado: A SESA não detém o dever de denunciar, isso é papel da Delegacia. **Palavras das Conselheiras**: Conselheira Maria Elvira de Araújo (ASSEMPA) - convite ao CEDM para participação em evento a ser realizado dia 27/11, das 9 às 17h00 no Hotel Nikos - Prevenção do Câncer- trabalho do Hospital de Londrina; Lirani Maria Franco (APP Sindicato): - Dia 5/11 foi planejado um ato lembrando o assassinato da menina Raquel, ocorrido há 10 anos, quando depois de morta, foi deixada dentro de uma mala no bagageiro da Rodoviária, em Curitiba. Existe uma petição na Internet, que deverá alcançar 10 mil assinaturas – Dias 25/11 a 10/12 - organizado um ato sobre violência contra as mulheres- desejo manifestado de como fazer boletim de ocorrência-IML; Alaerte Leandro Martins (Rede Mulheres Negras-PR) comunicou que na próxima Reunião deste Colegiado, a ser realizada na Emater (5 de dezembro), não poderá se fazer presente, tendo em vista que estará participando do Encontro da Mulher Latina- Caribenha, cujo documento será discutido nacionalmente. Carminha agradeceu a presença de todas e encerrou a reunião. A presente ata foi redigida por Regina Amasiles R. Costa e digitada por Pollyana Ferreira Sora, sendo a Secretária Executiva Juliana Müller. Esse documento após aprovação estará inserido no site do CEDM/PR e publicado em Diário Oficial.